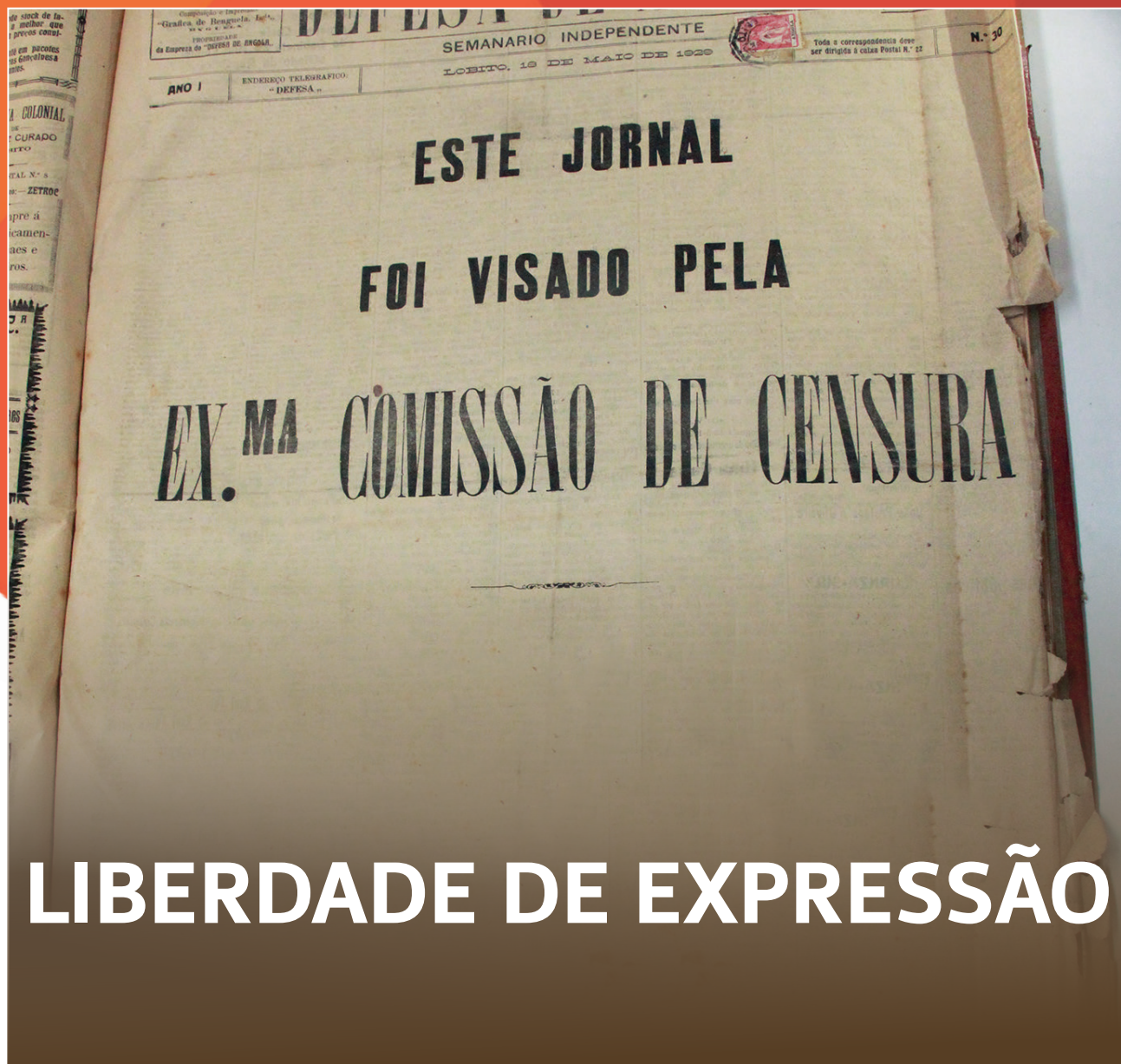


# MOSAICO **inform**<sup>43</sup>

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS  
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



## LIBERDADE DE EXPRESSÃO



Estórias da História - Pág. 04  
O ESTADO DA LIBERDADE



Figura em destaque - Pág. 09  
SANKOFA UMBI UMBI



Entrevista - Pág. 14  
GRAÇA CAMPOS



## MOSAIKO inForm

### FICHA TÉCNICA

#### PROPRIEDADE

MOSAIKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 7405000860

Nº DE REGISTO: MCS - 492/B/2008

#### DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op  
Pedro Ouana, op

#### SUPERVISÃO

Sílvia Cristina

#### REDACÇÃO

António Gongá  
Gilberto Gongó  
Mandele Rocha  
Silveira da Piedade

#### FOTOGRAFIA DE CAPA

Ae Cupessala

#### COLABORADORES

Luaty Beirão  
Nilza Rodrigues

#### ARTE GRÁFICA

André M. Cupessala  
Gabriel Kahenjengo

#### CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana  
TM: (00244) 990 775 815  
TM: (00244) 929 775 815  
Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola  
E-mail: [mosaiko@mosaiko.op.org](mailto:mosaiko@mosaiko.op.org)  
[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org)  
[www.facebook.com/MosaikoAngola](https://www.facebook.com/MosaikoAngola)

#### IMPRESSÃO

Damer Gráficas SA - Luanda

TIRAGEM: 2500 exemplares

#### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

#### COM O APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID  
actalliance

**MISEREOR**  
• IHR HILFSWERK

## índice

MOSAIKO INFORM N° 43 - JUNHO 2019  
TEMA: LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- PÁG. 03 *editorial*  
Direito de expressão e de ser informado
- PÁG. 04 *informando*  
O estado da Liberdade
- PÁG. 08 *estórias da história*  
Jornais e Jornalismo em Angola
- PÁG. 09 *figura em destaque*  
Sankofa Umbi Umbi
- PÁG. 10 *construindo*  
Os fundamentos de uma sociedade livre
- PÁG. 14 *entrevista*  
Graça Campos
- PÁG. 18 *reflectindo*  
As manifestações e o longo caminho pela cidadania
- PÁG. 20 *noticias*  
Training for transformation

---

“ SE É A FAVOR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO  
ISSO SIGNIFICA QUE É A FAVOR DA LIBERDADE  
DE EXPRESSAR PRECISAMENTE AS OPINIÕES QUE  
DESPREZAS. CASO CONTRÁRIO, NÃO É A FAVOR  
DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ”

Noam Chomsky

---



# editorial

## Direito de expressão e de ser informado

*Júlio Gonçalves Candeeiro, op*  
*Director Geral*

Fotografia: ©André Cupessala

### Estimado leitor/a

Ser livre para pensar e exprimir as suas ideias vai muito além do que ter leis que garantam este Direito, sobretudo, nestes tempos em que ainda se faz muita censura.

A Liberdade de Expressão está consagrada no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como, no artigo 19º do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos. A nível interno, a Constituição da República de Angola, no artigo 47º, declara que todo o ser humano tem direito de exprimir livremente a sua ideia.

Por sua natureza própria, a Liberdade de Expressão tem duas perspectivas complementares, pois permite a articulação de duas das principais necessidades (direitos) das pessoas: o direito de expressão e o direito de ser informado. Deste modo, está intimamente associada à liberdade de imprensa, de opinião e manifestação, greve, incluindo o direito à autodeterminação linguística que é um dos principais indicadores de um Estado verdadeiramente democrático e de direito. Na realidade, sem informação dada e recebida, é praticamente impossível a vida em sociedade.

A presente edição do Mosaiko Inform propõe uma reflexão sobre o estado da Liberdade de Expressão nestes “novos tempos” que Angola vive. A propósito, alguns analistas

atestam que a liberdade de expressão é uma das principais marcas da actual governação de João Lourenço. Muitas pessoas acreditam que com a sua chegada ao poder, a imprensa mudou “de rosto”, mas na verdade, a liberdade de imprensa continua a ser uma das conquistas mais ameaçadas por grupos que persistem na prática de maus hábitos do passado. E nesta perspectiva o veterano, Graça Campos que dispensa apresentações, traz-nos um olhar analítico da Liberdade de Expressão.

Na secção estória da história, numa breve narrativa reconta-se o percurso do jornalismo em Angola, destacando vários momentos de censura no período colonial e pós-independência.

Nesta edição, as abordagens das secções Construindo e Reflectindo projectam realidades de pleno usufruto do direito fundamental de Liberdade de Expressão para ajudar cada leitor/a a poder gozar deste direito e garanti-lo aos outros.

É necessário promover uma cultura de livre partilha de informação, em especial dos órgãos e instituições públicas do Estado para com toda a população. Uma sociedade informada decide melhor e desenvolve-se de forma sustentável e real.

**Boa leitura!**

Visite a  
**BIBLIOTECA  
MOSAIKO**  
Temos mais de  
9.000 livros  
para si!

Estamos abertos de **Segunda a Sexta-Feira, das 8h30 até 16h30**  
e **Sábado das 8h30 até 12h00**. Mais informações: 929 775 815

[www.mosaiko.op.org](http://www.mosaiko.op.org) | [www.facebook.com/mosaikoangola](https://www.facebook.com/mosaikoangola)

# informando

## O ESTADO DA LIBERDADE

A expressão desenhada é já uma presença habitual nas publicações Angolanas. E através do humor, os cartoonistas espelham vários estados da sociedade. Nesta edição, a liberdade de expressão é observada em diferentes vertentes.

Desenhos | © Sérgio Pissarra



# ESTÓRIAS DA HISTÓRIA

*Decreto de 1866 autoriza a produção de jornais Angolenses. Várias publicações poderão surgir este ano.*

Mosaiko Inform

Edição n° 43

Mosaiko Instituto para a Cidadania

# JORNAIS E JORNALISMO EM ANGOLA

O investigador Júlio de Castro Lopo dividiu a história da imprensa Angolana em três períodos distintos de 1845 a 1974:

Primeiros passos do jornalismo; Imprensa livre; e Jornalismo industrial e profissional.

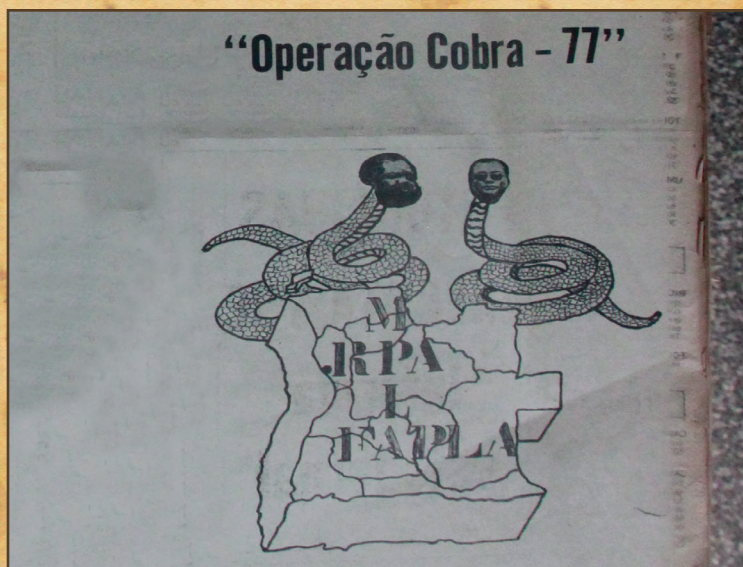
## 1845

### Primeiros

#### passos - Boletim Oficial

Em 1836, o primeiro-ministro português, o marquês Sá da Bandeira, decretou que nas colónias portuguesas poderiam ser criadas publicações com informações legais, comerciais e gerais. Mas só nove anos depois, por iniciativa do governador

geral, Pedro Alexandrino da Cunha, foi publicado o primeiro Boletim do Governo Geral da Província de Angola que a partir de 1847, passa a designar-se Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, considerada a "Imprensa do governo".



## Imprensa Livre

Em 1856, surge o Aurora, o primeiro jornal de carácter literário e recreativo, fundado por Ernesto Marecos, F. Teixeira da Silva, Alexandre Balduino e Alfredo Sarmiento. Dez anos depois, o decreto sobre a lei de liberdade de imprensa que só vigorava na metrópole, passou a incluir as províncias ultramarinas, permitindo assim, a produ-

ção de jornais por "Angolenses" (naturais de Angola). A 6 de Dezembro de 1866 é lançado o periódico "A Civilização da África Portuguesa", fundado por António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio. Três anos mais tarde, José Pinto da Silva Rocha publica a primeira edição do jornal "O Mercantil".

## PRESOS POR ABUSO DE LIBERDADE

Os jornalistas António Urbano Monteiro de Castro, Alfredo Mântua e Francisco Pereira Dutra foram condenados por crime de abuso de liberdade de imprensa, em meados de Setembro de 1867.

### *Procura-se jornalista*

Começaram a rarear a partir de 1976 até desaparecerem definitivamente em 1977. Jornalistas onde estão?

### Jornalismo

#### *industrial e profissional*

O Província de Angola fundado em 1923 por Adolfo Pina, marcou o início deste período e o surgimento de publi-

cações Angolenses com circulação regular.

## 1923

### Angola

#### independente

Alguns jornais Angolenses têm defendido ideias subversivas, instigando a população à revolta. Vários jornalistas anti-colonialistas foram detidos e mortos. Algumas redacções foram encerradas.

### Aviso

*Autoridades alertam a população e em particular, os jornalistas para não abusarem da liberdade.*

# 1867 – 1930: ABUSO DE LIBERDADE DE IMPRENSA

*Aos primeiros anos de Imprensa Livre seguiram-se detenções e apreensões. Em Setembro de 1867, António Urbano Monteiro de Castro, Alfredo Mântua e Francisco Pereira Dutra são condenados por crime de abuso de liberdade de imprensa. Situação que se repetiu em Novembro desse mesmo ano, tendo Francisco Pereira Dutra morrido na prisão.*

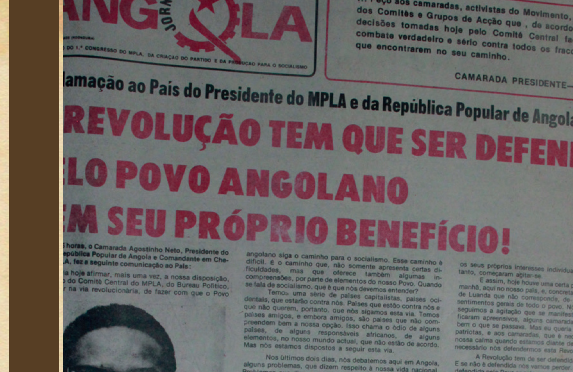
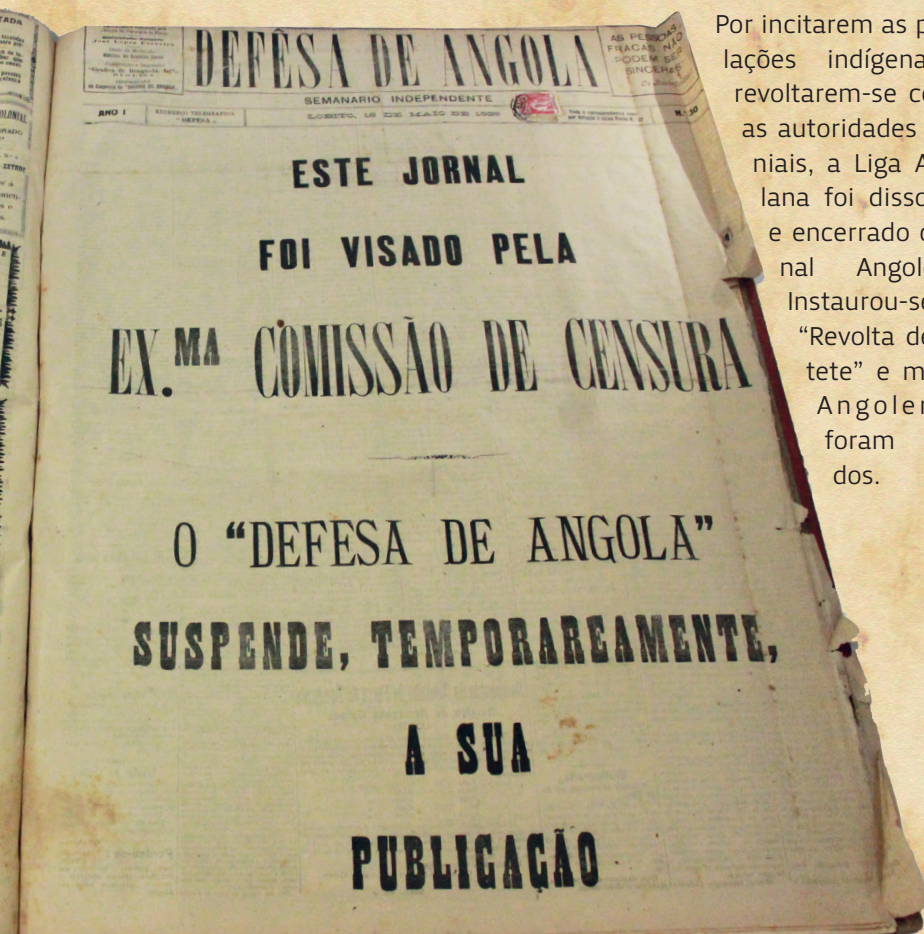
As oficinas do Mercantil foram encerradas e os meios apreendidos por ordem do Administrador do concelho de Luanda e aprovação do Governador Geral, em Janeiro de 1873. O jornalista José da Ressurreição Arantes Braga foi condenado a 40 dias de prisão, acusado de injúrias, em 1881. Em 1896, o Decreto de 26 de Novembro estabelecia “a punição como crime de abuso de liberdade de imprensa todos os que se cometerem com publicidade, por qualquer meio de impressão ou estampagem, periódica ou não periódica, independentemente do tamanho”. Dois anos depois, outro decreto estabelece que todos os

crimes de abuso de liberdade de imprensa seriam julgados em processo de polícia correcional, qualquer que fosse a pena aplicável.

O governado geral, Norton de Matos, suspendeu os jornais Independente e A Verdade, em 1913 por considerar que colocavam em perigo a ordem na colónia. A suspensão durou dois meses e foi discutida nas Cortes, na metrópole.

Em 1916, foi criado um decreto para estabelecer a censura preventiva aos jornais e outras publicações, esta censura seria exercida por comissões a nível dos distritos e concelhos. A censura preventiva foi, entretanto, abolida em 1919.

Por incitarem as populações indígenas a revoltarem-se contra as autoridades coloniais, a Liga Angolana foi dissolvida e encerrado o jornal Angolense. Instaurou-se a “Revolta de Catete” e muitos Angolenses foram detidos.



## Publicações Angolanas

Nome da Publicação	Referência*
Angola Desportiva	1930
Angola Norte	1946
ABC	1958
A Voz de Angola	1916
Jornal da Nova Lisboa	1933
Angolana	1929
Semanário Religioso de Luanda	1935
Bofetada	1894
Chicote	1890
Comércio de Angola	1925
Comércio de Benguela	1929
Comércio de Luanda	1867
Correio de Luanda	1890
Correio Angolano	1929
Correio de Angola	1929
Corisco	1916
Cruzeiro do Sul	1873
Cultura	1948
Defesa de Angola	1928
Defesa de Mossamedes	1933
Desastre	1889
Desportine	1932
Desportivo de Luanda	1957
Desportivo de Mossamedes	1955
Diário de Luanda	1936
Direito	1933
Distrito de Mossamedes	1932
Ecoss de Angola	1955
Estudante	1934
Estandarte	1935
Farolim	1932
Huíla	1946
Intransigente	1931
Jornal de Benguela	1931
Jornal da Criança	1933
Jornal de Notícias	1932
Jornal da Huíla	1957
Lobito	1930
Luta	1924
Luta de Angola	1929
Mossamedense	1918
Motorista	1939
Namibe	1955
Notícia	1932
Notícias de Angola	1957
Notícias de Benguela	1930
Notícias do Bié	1933
Notícias da Huíla	1931
Notícias de Luanda	1925
Nova Guarda	1930
Ordem	1931
Pagode de Angola	1932
Pátria	1928
Pirilampo	1931
Província de Angola	1923
Última Hora	1930
Vanguarda	1929
Verdade	1933
Voz de África	1928

\*Referências:

Lista alfabética de busca da Biblioteca do Governo Provincial de Luanda

# 1975-...: JORNALISMO SEM JORNALISTAS

*Do jornalismo florescente ao jornalismo ausente, o percurso de um sector determinante, usado para forjar um país novo.*

1975 É resultado do protonacionalismo também assumido pelos jornais Angolenses que publicavam manifestos e reflexões acutilantes que ao longo de mais de um século, desencadearam morte e detenções de jornalistas, acusados de instigar os naturais de Angola, apreensões de meios e fecho de redacções de jornais, ditos subversivos e anti-coloniais.

1975 É também o ano de transição, um período que marcou indelevelmente, o jornalismo Angolanô, que até então caracterizava-se por uma profusão de edições temáticas, sectoriais, generalistas, de jornais e revistas que surgiam às dezenas. Após a independência, o ímpeto criativo foi refreado e com o tempo, reduzido a um jornal, uma rádio e uma televisão estatais.



Ainda assim, o Província de Angola, manteve até Maio de 75, a mesma escrita crítica, exigente e um tom fiscalizador. Por exemplo, na edição de 9/5/1975, sobre os machimbombos pararem de funcionar muito cedo, lê-se: “Não se compreende – e muito menos ainda se aceita que um serviço público de tanto interesse continue a servir tão mal a população”. Também na mesma edição, sobre a continuidade da suspensão das aulas, o artigo termina assim: “Uma situação insustentável a exigir medidas eficazes”.

*“Em 1976, no Jornal de Angola diabolizava-se de forma explicita opositor”*

Além disso, o Província de Angola conservava o compromisso com a pluralidade de opiniões e de convicções políticas, pelo que era comum publicarem notas, comunicados dos três partidos: FNLA, UNITA e MPLA. E com frequência produziam artigos sobre actividades da UNITA ou da FNLA, por vezes até com títulos que apareciam na capa, dando mostras de imparcialidade e isenção. Nesse mesmo ano, o Província de Angola anunciou a procura por um novo nome, solicitando a participação dos leitores. Em Junho de 75, adopta a denomi-

nação Jornal de Angola e nos meses e anos que se sucederam, a transformação da publicação extravasa e muito, a mera mudança do título.

## **Influenciar as massas**

Seguindo a cartilha soviética, os governantes nacionalizaram o Jornal de Angola e usaram-no para transmitir uma doutrina inspirada no marxismo-leninismo. Tal como se fazia na União Soviética e antes, na Alemanha nazi, os meios de comunicação instrumentalizados e dirigidos às massas foram determinantes para influenciar o povo e levá-lo a idolatrar uns e a odiar outros.

O Jornal de Angola passou a ter uma fonte única de “notícia”, a esmagadora maioria dos artigos publicados não eram assinados ou sequer assumida a sua autoria. O olhar próprio do jornalista deu lugar às citações e comunicados presidenciais, notas do bureau político do partido no poder e moções de comités ou organismos do mesmo partido, repetidamente publicados.

A escrita no Jornal de Angola não seguia qualquer critério de estrutura de texto jornalístico, como também não observava regras como: evitar a adjectivação; Cruzar a informação; Apurar as fontes; Ouvir as partes implicadas; Ou mesmo, não difamar.

Em edições do Jornal de Angola de 1976 constata-se de forma ex-

**Façam um combate verdadeiro e sério contra todos os fraccionistas que encontrem pelo caminho**

*Comarade Presidente - 21-5-77*

# DE CABINDA AO CUNENE LEVANTA-SE O POVO INTEIRO CONTRA A CAMARILHA FASCISTA DE NITO ALVES E ZÉ-VAN DÚNEM

## Na capital do País O Povo Trabalhador e os Militantes continuam a manifestar o seu apoio ao Camarada Presidente Agostinho Neto

O povo trabalhador e os militantes continuam a manifestar o seu apoio ao Camarada Presidente Agostinho Neto. Em Luanda, milhares de pessoas participaram em manifestações que se realizaram em várias zonas da cidade. Os manifestantes exigem a condenação dos assassinos de Nito Alves e Zé Van Dúnem e a libertação dos presos políticos. O povo angolano demonstra a sua total confiança no Camarada Presidente Agostinho Neto e na sua liderança.

Em Luanda, milhares de pessoas participaram em manifestações que se realizaram em várias zonas da cidade. Os manifestantes exigem a condenação dos assassinos de Nito Alves e Zé Van Dúnem e a libertação dos presos políticos. O povo angolano demonstra a sua total confiança no Camarada Presidente Agostinho Neto e na sua liderança.

**CONDENADA ENERGICAMENTE A AÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA DA CORJA ASSASSINA NITISTA**

**MOÇICO**  
O Povo mantém-se vigilante

**LUANDA**  
O povo mantém-se vigilante

**MOÇIMBICO**  
O povo mantém-se vigilante

**NUOVA**  
O povo mantém-se vigilante

**SOALISTANO**  
O povo mantém-se vigilante

**ASSASSINATOS**  
O povo mantém-se vigilante

plícita a diabolização dopositor (FNLA, UNITA e o imperialismo) e uma reeducação doutrinária sobre o que não pensar e o que não fazer. Predomina um tom de ameaça, condenação, agressividade, paternalismo, deboche e acusação para descrever os "inimigos", mas por outro lado, o elogio ao Chefe de Estado: "Líder incontestável"; "Guia querido"; "Guia e educador do Povo Angolano"; "Camarada Presidente do MPLA - Partido do Trabalho e da República Popular de Angola".

Sob a direcção de Costa Andrade (Ndunduma), o Jornal de Angola passou a imprimir, abaixo do logótipo, o lema anual do partido, por exemplo: "1977: Ano do 1º Congresso do MPLA da criação do partido e da produção para o socialismo" e rodapés de capas do jornal, igualmente dedicados ao lema partidário.

### Discurso fracturante

O "27 de Maio de 1977" mostrou inequivocamente que os meios de comunicação estatais eram instrumentos de ressonância, deixando marcas que persistem até hoje, na forma como se exerce o jornalismo em Angola, mas também a liberdade de expressão. Ao reler as edições que antecederam e precederam o "27" (21 de Maio a 2 de Junho de 1977) encontram-se palavras que fogem à objectividade e ao rigor do jornalismo. Por palavras e imagens de uma única fonte, o leitor é conduzido diariamente ao pânico, intimado a exercer uma "vigilância popular".

Sobre as pessoas-alvo de considerações difamatórias e incendiárias não se encontra uma citação, um direito de resposta, uma declaração de defesa face às inúmeras acusações explícitas feitas em quase todos os artigos do Jornal de Angola que não são assinados:

aventureiros"; "Pequenos burgueses, racistas, tribalistas e confusionistas"; "Lacaios internos do imperialismo"; "Liambeiros, drogados"; "Agentes do imperialismo"; "Matilha raivosa e frustrada"; "Fantochos, traidores, maibecos"; "Lagartixas, bando de camaleões"; "Pequenos reptílios racistas"; "Grupelho aventureirista"; "Pseudo-marxistas e mentirosos"; "Facinoras palavrosos"; "Bandidos sanguinários e ambiciosos"; "Camarilha contra o Povo Angolano"...

Os artigos eram opinativos, seguiam composição semelhante à novelesca. As fontes de "notícia" eram seleccionadas de forma a corroborar um discurso único e quase todas as pessoas seleccionadas diziam o mesmo. Durante meses, no Jornal de Angola publicaram-se moções e comunicados de escolas e instituições partidárias, empresas, sindicatos, ministérios, organismos provinciais que manifestavam "apoio incondicional", "apoio sem reservas" e prontidão para cumprir a "correcta orientação do Comité Central" do partido no poder.

Nos Jornais de Angola de 1978, o recurso a uma fonte única permanece, mas os artigos recuperam uma composição gráfica mais aproximada ao jornalístico, mas o conteúdo continuou a ser resultado da ausência de jornalistas, um registo aliás que se manteve ao longo dos anos.



Referências:  
"Jornalismo de Angola" - Júlio de Castro Lopo | Jornal de Angola 1975-1979  
"Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas" - Brito Aranha



# figura em destaque

## SANKOFA UMBI UMBI

**“É uma barbaridade censurar a criatividade artística”**

A expressão própria da artista que quer transformar o seu mundo com a palavra.



Fotografia: ©Ae Cupessala

*“A liberdade de expressão é um direito fundamental para os artistas porque garante a manifestação de opiniões, ideias e pensamentos sem retaliação”*

Poeta e intérprete da palavra falada (Spoken Word), apresenta-se como Sankofa, um termo do povo Akan (Gana) que significa: “Não é errado voltar atrás pelo que esqueceste”. E Umbi Umbi, o pássaro que voa alto, em umbundu.

Cada vez que pisa um palco, Sankofa declama sobre o que pensa e como vê o mundo à sua volta. As palavras sucedem-se num ritmo poético, com o ímpeto próprio de quem sente cada sílaba e acentua a tónica na mudança urgente e vital.

A composição poética faz parte da sua vida desde os 11 anos. Formada em Direito pela Universidade Independente de Angola, Sankofa Umbi Umbi, transporta a sua visão em cada rima projectando uma sociedade mais justa, onde há respeito pelas liberdades e preserva-se o direito de ser.

Hoje com 25 anos, Sankofa considera determinante construir uma identidade própria que se fortalece e desenvolve pela experiência que vai adquirindo e pela capacidade de ultrapassar obstáculos. Sabe ainda que é im-

portante não depender apenas do talento, pelo que confia muito mais na preparação. “Este processo de encarar o público é muito pessoal, passa acima de tudo por uma boa preparação”, revela.

Para Sankofa fazer Spoken Word em Angola vai além de uma composição de palavras e acredita que para ser poeta “é preciso ser forte, comprometida e persistente nesta causa de ajudar as pessoas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento”.

*“É preciso ser forte, comprometida e persistente nesta causa de ajudar as pessoas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento”*

Através do Artes ao vivo, o Spoken Word existe em Angola há mais de 10 anos. “Estamos a crescer e a conquistar o nosso espaço”, refere a poetisa realçando que todos os irmãos e irmãs que se dedicam a esta causa são verdadeiros guerreiras e guerreiros.

O impacto do trabalho de quem se dedica a despertar consciências pode provocar dissabores, pelo que a “liberdade de expressão é um direito fundamental para os artistas porque garante a manifestação de opiniões, ideias e pensamentos sem retaliação ou censura por parte de governos, órgãos privados ou públicos, ou outros indivíduos”, defende reforçando ainda que “é uma barbaridade censurar a criatividade artística”. ●

Texto: *Silveira da Piedade*



## construindo

# “O HOMEM NASCE, E, EM TODA A PARTE, ENCONTRA-SE ACORRENTADO”

*Diz que a sociedade livre é uma quimera. Um espaço onde a Liberdade, a Verdade e a Justiça se encontram num palco que privilegia o pensamento e o sentir de cada qual. Só uma sociedade livre, justa e inclusiva pode acabar com os privilégios e com a corrupção.*

“Nutri o ideal de uma sociedade livre e democrática em que todas as pessoas vivem unidas em harmonia e com as mesmas oportunidades. É um ideal para o qual pretendo viver e que espero alcançar. Mas se for preciso, é um ideal para o qual estou preparado para morrer.” E assim foi. Nelson Mandela morreu por este ideal. O seu contributo é uma referência em todas as vertentes. Por aquilo que acreditava, pela sua luta, por aquilo que conquistou, mas também, por aquilo que ficou por conquistar. Afinal, é possível vivermos numa sociedade livre, sabendo que todos temos ‘quereres’ diferentes, sentires peculiares e opiniões antagónicas. A questão, colocada por José Príncipe, autor da obra “Os Prisioneiros da Sociedade Livre” levanta muitos equívocos, dúvidas existenciais a que filósofos e historiadores se debateram ao longo dos tempos.

Não obstante, uma verdade irrefutável. Uma sociedade livre pressupõe igualdade moral entre os indivíduos e só assim podemos conviver uns com os outros, sem cotoveladas, empurrões e rasteiras. Só assim podemos superar a diversidade humana e encontrarmo-nos algures a meio caminho. Thomas Jefferson escreveu em 1776, no preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos, algo

que traduz precisamente essa ideia: “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade”. Ou seja, a vida de qualquer indivíduo tem o mesmo valor independentemente das suas conquistas, do seu berço, da sua posição, do seu intelecto. Muito embora esta seja uma verdade absoluta e consensual, a sua violação, consciente ou inconscientemente, é um facto. Discriminar e distinguir, como sugere o filósofo, são duas faces da mesma moeda. Eu não posso discriminar alguém pela sua cor, mas já posso distinguir alguém por um feito.

Para Platão, “nenhum de nós nasceu para si mesmo. A pátria reclama uma boa parte da nossa vida; outra, os parentes; outra ainda os amigos”. O fundador da primeira academia de ensino superior do mundo ocidental converge no conceito de cidadão de Aristóteles, que para ser considerado como tal deve participar directamente da coisa pública, “tomar parte na administração da justiça e integrar a assembleia que legisla e governa a cidade”. Ou seja, nenhum homem é uma ilha, já dizia Robinson Crusoe que inventou a sexta-feira para lhe fazer companhia. As relações



Fotografia: © Adriano A.J Lourenço

estão na essência do ser humano e delas nascem, naturalmente, relações de poder. Chamavam-lhe no antigamente uma “liberdade administrada” - reis filósofos como designou Platão – supostamente mais capazes para gerir os nossos destinos. O professor Ubiratan Jorge Iorio alerta que, actualmente, “há um desafio para todos os que desejam viver livremente. Nós queremos escolher a educação de nossos filhos. Nós queremos decidir por nós mesmos o que beber e comer. Nós queremos fazer os nossos próprios planos financeiros. Nós até queremos escolher os nossos próprios médicos e planos de saúde, e muito mais” e essa possibilidade é-nos dada por uma sociedade or-

*“ E quando quem nos representa não foi nosso eleito, teremos de baixar os braços às ideias que consideramos banais e estúpidas? ”*

ganizada e não anárquica. Significa isso que temos de abdicar de algumas liberdades para as transferir em jeito de ‘procuração’ para quem elegemos ser nossos representantes? E quando democraticamente quem nos representa não foi nosso eleito, teremos de baixar os braços às ideias que consideramos banais e estúpidas? Trata-se, na verdade, do eco do pensamento de James Madison, que sucinta a ideia: “Se os homens fossem anjos, Governo algum seria necessário. Se anjos governassem os homens, não seriam necessários nem controles internos nem controles governamentais. Ao projectarmos um Governo que será administrado por homens e para homens, a grande dificuldade jaz nisso: deve-se primeiro permitir que o Governo controle o governado; e em seguida obriga-lo a controlar a si mesmo”

A moralidade e a política encontram-se em cada esquina. Uma vez de braço dado, outras em jeito de braço de ferro. Essa é uma certeza.

Nós, cidadãos, podemos fazer algumas escolhas, mas dentro de uma estrutura selecionada e oficializada por nossos ‘superiores intelectuais.’, refere o estudioso.



Fotografia: © DR

## IDEOLOGIAS: FOCO NA INDIVIDUALIDADE VERSUS ESTADO

**Ideologia Liberal Clássica e Neoliberal**

1

Nasceu com o filósofo John Locke e ganhou projecção com o filósofo e economista Adam Smith. Características: Plena fé nos direitos, liberdade e individualidade de cada indivíduo; Defende políticas e acções destinadas a proteger os valores sociais; Acredita que o Estado precisa ter menos controle sobre o indivíduo; Considera a livre concorrência, o livre comércio e a liberdade de escolha como os três princípios básicos de uma sociedade livre e feliz e a chave para o progresso.

**Ideologia Fascista**

2

Mussolini criou o nome de seu partido inspirado na palavra latina fascis, que se refere a um feixe de varas com um machado na superfície, usado como símbolo da autoridade penal na Roma antiga. Característica: Desejo por Volksgemeinschaft - expressão alemã traduzida por "comunidade do povo" -, em que os interesses individuais seriam subordinados ao bem da nação.

**Ideologia Comunista**

3

Origem na Grécia Antiga com Platão. Porém, os maiores precursores dessa ideologia são Karl Marx e Friedrich Engels, conhecidos por embasarem o comunismo através de suas teorias e um dos livros mais famosos: o Manifesto Comunista. Características: Defende a extinção da luta de classes e das propriedades privadas; Defende um regime político e económico que proporcione igualdade e justiça social entre os indivíduos; Acredita que o Estado é um instrumento de exploração nas mãos dos ricos, por isso defende uma sociedade sem classes e Estado;

**Ideologia Democrática**

4

Surgiu no fim do século XIX, dentro do movimento do proletariado, como uma variação da ideologia socialista. Características: Defende a garantia da igualdade de oportunidades a partir de políticas sociais, sem, no entanto, acabar com a propriedade privada; Almeja o bem-estar social sem revolução socialista e sem abrir mão do capitalismo; Seus principais valores são igualdade e liberdade; Defende que o Estado garanta um padrão mínimo de vida, como uma rede de segurança para os indivíduos.

5

**Ideologia Capitalista**

O capitalismo é um sistema económico em que as entidades privadas possuem os factores de produção. Os quatro factores são empreendedorismo, bens de capital, recursos naturais e trabalho. Há divisão de classes sociais; Características: A propriedade privada predomina; Teoria da Mais-Valia: termo cunhado pelo autor Karl Marx, a Mais-valia diz sobre o grande abismo económico causado pelo capitalismo, que gera a desigualdade social entre empregadores e empregados.

6

**Ideologia Conservadora**

As ideias de base do conservadorismo são a preservação dos princípios e valores das instituições sociais, como a igreja, família e comunidade, além do desenvolvimento honrado dos indivíduos. Características: Os valores: liberdade política e económica e ordem social e moral; É fundamentado na doutrina cristã e tem na religião a sua base; Acredita que apenas o sistema político-jurídico garante a igualdade necessária entre as pessoas; Acredita na meritocracia, onde a desigualdade social é consequência das diferenças entre os indivíduos e seus esforços; Acredita que qualquer mudança deve ser leve e gradual.

7

**Ideologia Anarquista**

Anarquismo originou-se da palavra grega anarkhia, que significa "sem governo". Características: Sociedade sem classes, formada por livres e iguais; Defendem uma sociedade baseada na liberdade total, porém responsável; É contra qualquer tipo de dominação, seja ela religiosa, económica, política ou social; É a favor da igualdade, seja ela de raça, género, político, económico e social;

8

**Ideologia Nacionalista**

A lealdade e a devoção do indivíduo ao Estado-nação superam outros interesses, sejam eles individuais ou de grupo. Características: Enaltece o país, a sua cultura, história e povo; Os interesses da nação estão acima dos interesses do indivíduo; Defende a cultura de pertencimento e a identificação com a pátria; Acredita na preservação da nação e no cuidado das fronteiras do país; Manutenção da língua nativa e das manifestações culturais.

**Os Valores de uma Sociedade Livre**

Liberdade, Verdade e Justiça, os valores que estão na base de uma sociedade livre e que merecem uma atenção redobrada da nossa parte.

Liberdade. Enquanto expressão da singularidade de cada ser humano assenta no direito de cada um fazer as suas próprias escolhas ao longo da vida, mas até onde termina a minha liberdade e começa a do outro...



\*Ron Paul, médico de profissão, foi candidato a presidente dos EUA em 1988 pelo partido libertário e em 2008 e 2012 pelo partido republicano, Fundador do Ron Paul Institute for Peace e The Ron Paul Channel. É o autor dos Dez princípios para uma Sociedade Livre.

tudo isto nos leva ao conceito de “liberdade situada”, aquela que nos faz tropeçar em leis, pessoas e coisas e tudo o mais que nos rodeia em casa, no trabalho, na escola, entre amigos, entre familiares, entre usos e costumes. Verdade. É nosso dever, de todos, buscá-la, sem falsos moralismos, na cultura, na ciência, na economia, na política ou em qualquer outro ramo da actividade humana. Mas a Verdade também pode ser subjectiva e tem variáveis diversas, pelo que também aqui podemos dispersar. Para o economista Steven Landsburg, dois conceitos importantes. “Tolerância significa aceitar o facto de que o juízo de valor das outras pessoas pode ser muito diferente do seu. E Pluralismo significa abster-se de utilizar o poder político como um meio de ‘corrigir’ esses valores. A ideia de tolerar a intolerância pode soar paradoxal, mas o mesmo também se aplica a várias outras boas ideias — como a liberdade de expressão para os defensores da censura.”

Justiça. Conceito cada vez mais premente na sociedade actual, a justiça remete-nos para o Direito. De

acordo com Hayek, o que mais claramente distingue um país livre é a observância aos grandes princípios do Estado de Direito que confere a todos os cidadãos estabilidade, previsibilidade de comportamentos e segurança. O jurista Herbert Hart alerta ainda para a “necessidade de haver um conteúdo essencial para que se mantenha a cooperação entre os homens. De forma resumida, este conteúdo mínimo baseia-se na: protecção à vida, pois se ela não é garantida, não há propósito em regulá-la; protecção à propriedade, pois os recursos são limitados, e uma sociedade baseada no roubo terminaria em caos; protecção à liberdade, pois a Humanidade não pode ser essencialmente boa durante todo o tempo”. É de Jean Jacques Rousseau a célebre frase: “o homem nasce livre, e, em toda a parte, encontra-se acorrentado”. Os movimentos libertários que vão surgindo ao longo dos tempos pecam por se focarem nos erros do Estado e não enaltecerem o quão extraordinária pode ser, e facto, uma sociedade livre. ●

Texto: *Nilza Rodrigues*

## entrevista

### GRAÇA CAMPOS

**“Não adianta fazer propaganda e esconder a realidade”**



Fotografia: ©Ae Cupessala

*O jornalista Graça Campos relembra o seu percurso e quase quatro décadas depois, continua a defender um jornalismo que mostre o país real.*

*Diz que a sua entrada no Jornalismo foi acidental...*

Iniciei no Jornalismo em 1980, acidentalmente, porque era ajudante de electricidade numa empresa de pescas. Um amigo desafiou-me, fui à Angop, fiz o teste e fui aprovado. Fiquei até ao ano 83, altura em que fui à tropa, mas, mesmo na tropa, não rompi o vínculo

com a Angop. Aliás, nesse período, já integrava um departamento específico da Angop que doutrinava o país, chamado DESK Especial, que produzia os editoriais que a Rádio Nacional apresentava às 13 horas, a TPA passava às 20 horas e o Jornal de Angola publicava no dia seguinte.

No mesmo período, estive colocado na Direcção Política Nacional das FAPLA e fazia parte do Jornal

Desportivo Militar.

Em 1986, fui requisitado pelo Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do MPLA, equivalente hoje ao Ministério da Comunicação Social. Depois, com a nomeação de uma nova direcção do Jornal de Angola, fui convidado para trabalhar nesse órgão, onde estive alguns anos.

*Depois optou pela imprensa priavada e chegou a fundar alguns jornais. Quais?*

Nas vésperas das primeiras eleições, tive um novo desafio que é trabalhar no Correio da Semana, o primeiro jornal impresso privado de Angola, onde permaneci até 1994, altura em que juntei-me ao William Tonet para criar o Folha 8, do qual fui o primeiro editor. Em 1999, separei-me do Folha 8, e eu, o Américo Gonçalves e o Silva Candembo criámos o Jornal Angolense, que em 2003 deu lugar ao Semanário Angolense, projecto jornalístico em que continuei até que, em 2010, fui compulsivamente obrigado a vendê-lo.

*Quem o obrigou?*

Alguém entendeu que o Jornal fazia muita confusão, então fizeram armadilhas que inviabilizaram o projecto e fui forçado a vendê-lo. Até hoje não sei quem comprou, porque sempre falei com intermediários que não estavam autorizados a revelar os nomes dos verdadeiros compradores, mas suspeito que seja gente ligada ao gabinete do ex-Presidente José Eduardo dos Santos.

*“Os editoriais que eram escritos não poderiam ser publicados imediatamente, tínhamos que submeter primeiro à apreciação do DIP”*

*O que tem a dizer do jornalismo que se fazia nos finais de 70 e na década de 80?*

Apesar dos constrangimentos ideológicos, que impunham limites políticos, e de não haver liberdade de imprensa, era um jornalismo de qualidade, porque a maior parte dos jornalistas tinha boa formação académica e domínio da língua. A grande dificuldade que hoje temos é que a maior parte dos jornalistas não domina a língua portuguesa, o seu instrumento de trabalho. A maior parte dos jornalistas hoje é muito deficiente em termos de escrita, não sabem falar, é essa a diferença que há entre o jornalismo naquela altura e de hoje.

*Havia limites à liberdade de imprensa? Que limites?*

Sim, havia muitos limites. Não poderíamos escrever o que quiséssemos. Mesmo no Desk Especial da Angop, os editoriais que eram escritos não poderiam ser publicados imediatamente, tínhamos que submeter primeiro à apreciação do DIP. Só depois disso, os editoriais eram autorizados a serem publicados. Havia, de facto, muitos limites. Mas, em certa medida, acho que era preferível aquele regime a este em que não há controlo da imprensa. Lemos em cada fim-de-semana as manchetes desses jornais privados a dizerem tudo que é asneira. Eu lamento dizer isso, mas preferia aquele regime em que havia algum controlo. Hoje há muitas irresponsabilidades.

*Quantos jornais havia nessa altura?*

Na década de 80 não havia nenhum jornal privado. O único jornal que existia era o Jornal de Angola e depois tínhamos a Revista Novembro, que saía esporadicamente. Na década de 90, sim, saiu o Parcial Facto, o Correio da Semana, o Folha 8...

entrevista

GRAÇA CAMPOS

JORNALISTA



*A imprensa privada marcou o início de um sistema mais democrático?*

A primeira grande vitória do jornalismo foi, de facto, a abertura democrática, que permitiu o surgimento desses títulos de jornais e as rádios comerciais. Antes dessa época, só tínhamos a Rádio Nacional, a Televisão Pública de Angola (TPA) e o Jornal de Angola.

*Que comparação faz da liberdade de imprensa antes e depois dessa época?*

No tempo do partido único, não me lembro de nenhum jornalista que tivesse sido julgado por crime de difamação ou de calúnia. Mas, já no tempo do país democrático, eu, provavelmente, fui dos jornalistas que mais respondeu judicialmente a processos, tal como William Tonet e Rafael Marques. Há algumas entidades neste país que não aceitam ou aceitam com relutância, a abertura democrática, não encaixam a crítica, a denúncia. Temos um país, de facto, que não está a caminhar a uma só velocidade. Ainda há muita resistência à mudança.

*Hoje, a mudança é uma necessidade...*

Absolutamente, este país “bateu no fundo”. Sem mudanças verdadeiras pode tornar-se num fogareiro para os seus próprios cidadãos.

*“É preciso ter coragem de dizer ao Presidente da República como as coisas estão”*



### *O que pensa da liberdade de imprensa no contexto actual?*

A liberdade de imprensa não se esgota no acto normativo. Não basta criar uma lei de imprensa e consagrar liberdade de imprensa. Ela tem que se exprimir também em actos materiais. É preciso criar condições para que os jornais tenham acesso facilitado ao papel, para que as rádios e as televisões possam funcionar. Hoje temos um país em que a liberdade de imprensa está consagrada legalmente, mas as condições financeiras são cada vez mais difíceis, sobretudo para a imprensa escrita. Por isso é que vemos esses jornais de fim-de-semana transformados, praticamente, em instrumentos de extorsão, com manchetes ofensivas ou que induzem à necessidade de dinheiro.

O primeiro problema é que não temos produção de papel no nosso país. Noutro tempo havia uma fábrica de papel na Catumbela. Depois, temos a carga fiscal, o papel é tributado como qualquer mercadoria, quando poderia ser diferente.

### *Como avalia a interacção do actual governo com o jornalismo e os jornalistas?*

A actuação do novo Presidente da República, para mim, tem sido marcada por alguma contradição. Por um lado, vemos o Presidente a apelar ao combate à bajulação, impunidade e outros males; mas, por outro lado, vemos que faz muito pouco, por exemplo, em relação à bajulação. Estamos a ver hoje a comunicação social pública a retomar os maus-vícios do passado de bajulação à figura do Presidente da República. E acho que ele não faz absolutamente nada para travar essa tendência.

A comunicação social pública deu bons indicativos no princípio do mandato do Presidente, mostrou que pode apresentar o país real, agora, não sei se receberam instruções ou não, noto que há um retrocesso. Deixamos de ter jornalismo e voltamos a ter propagandistas. Hoje vemos no Jornal de Angola, na Rádio Nacional e na TPA só actos de elogios ao governo, isso

*Felisberto Graça Campos nasceu a 6 de Setembro de 1959, no município do Kiwabanzonji, em Malanje.*

*É jornalista há 39 anos, trabalhou na ANGOP, Jornal de Angola, Folha 8 e no extinto Semanário Angolense. Actualmente, é director do portal de notícias Correio Angolense.*



não é jornalismo, chama-se propaganda. Na imprensa privada também estamos a ver um retrocesso. Nesse aspecto, estou preocupado com os passos que estão a ser dados pela comunicação social.

### *Quais são os principais desafios da comunicação social nos próximos tempos?*

O primeiro desafio é deixar de entender que qualquer miss ou mulher bonita é jornalista. O segundo esforço que tem que ser feito é na formação, constatamos com muita preocupação a passagem para a reforma de muitos jornalistas que ainda têm muito para dar. Há muitos jornalistas com 50 ou 60 anos a serem reformados compulsivamente e já substituídos por jovens sem experiência nenhuma. Por isso é que o jornalismo está a perder qualidade.

A comunicação social, sobretudo a pública, só se tornará útil ao país, se for capaz de mostrar aos angolanos o país real. Não adianta fazer propaganda e esconder a realidade. Isso não ajuda o país. É preciso ter coragem de dizer ao Presidente da República como as coisas estão. ●

Texto: *António Gongu*

*reflectindo*

# AS MANIFESTAÇÕES E O LONGO CAMINHO PELA CIDADANIA

Uma das formas de se medir o avanço/atraso civilizacional de um país que se diz democrático e de direito, é a forma como os direitos fundamentais são assimilados e postos em prática pelos cidadãos desse mesmo país.

De 2011 para cá o termo “manifestação” sofreu uma grande mutação na compreensão da generalidade dos angolanos no que concerne à sua definição, utilidade e objectivos. Passámos de um pavor irracional, quando altos quadros ao serviço de um regime decrépito vinham publicamente associá-lo à guerra, devastação e instabilidade política protagonizada por arruaceiros ao serviço de potências internacionais com “inveja de Angola”, para um exercício revestido de naturalidade democrática, vulgarizado (eu diria mesmo, banalizado, e ainda bem) pela sua prática recorrente, sem que dele advenham sempre consequências nefastas, fruto de repressão com recurso a força policial desproporcional, perda de emprego ou outras benesses sociais e todas as conotações da recente má memória a todas e todos que escolhessem exercer esse direito constitucional.

*Passámos de um pavor irracional, quando altos quadros ao serviço de um regime decrépito vinham publicamente associá-lo à guerra... para um exercício revestido de naturalidade democrática*

Actualmente, manifestações e greves são recorrentes, organizadas por novos actores e, muito importante, deixaram de estar circunscritas a Luanda. Hoje há relatos de manifestações em Cabinda, Uíge, Malanje, Moxico, Namibe, sem mencionar Huíla e Ben-





Serra da Leba, Namibe | ©Adriano A.J. Lourenço

guela que, a par de Luanda, já eram impertinentes no tempo em que as manifestações eram tratadas como obra do diabo.

Isto quer dizer que a repressão é coisa do passado? Não, de todo. Continua a haver, numa ou noutra manifestação, altercações entre manifestantes e as forças policiais que, abusando das suas prerrogativas, tentam intimidar ou condicionar os manifestantes emitindo ordens que contrariam o espírito da lei.

Por norma, a polícia considera toda a recusa de obediência como desacato, leva algumas pessoas para a esquadra, detém-nas, acabando estas em julgamentos sumários que continuam a ter sempre os mesmos desfechos dos tempos do outro senhor: condenação a penas leves que podem ser transformadas em multas sempre avultadas para os penalizados, mantendo a impressão dessa “justiça” operar de forma a criar freios aos ímpetos dos activistas que entendam manifestar-se tantas vezes quantas considerarem necessárias.

Ao vermos debates televisivos em que ainda se discute “o direito à manifestação” de forma tão primária

*A polícia considera toda a recusa de obediência como desacato, leva algumas pessoas para a esquadra, detém-nas, acabando estas em julgamentos sumários que continuam a ter sempre os mesmos desfechos dos tempos do outro senhor*

e com uma enorme pobreza de argumentos por parte de representantes do Estado, entendemos que o caminho a trilhar pela interiorização do conceito de cidadania ainda é muito longo. Resta-nos percorrê-lo, um passo de cada vez. ●

Texto: *Luaty Beirão*

*Isto quer dizer que a repressão é coisa do passado? Não, de todo. Continua a haver, numa ou noutra manifestação*

## notícias

# Training For Transformation

*Inês Neto, mais conhecida por Ginoca, é facilitadora do Training For Transformation (TFT), há dois anos, fala sobre a implementação desta formação em Angola através da equipa do Mosaiko.*

Há um potencial que está dentro de cada um e “quando esse potencial emerge, surpreende-me porque existe já uma transformação na vida das pessoas”, frisa a facilitadora desta formação que surgiu no Quênia criada pela historiadora sul-africana, Anne Hope e a educadora norte-americana, Sally Timmel.

Depois foi implementada no Gana, na década de 70, mais tarde, no Zimbabué e África do Sul.



A chegada do TFT a Angola ainda é muito recente, mas em países como a Nigéria, Zimbabué e Sudão, já gerou impacto e de acordo com Ginoca, o maior até então, ocorreu na Nigéria, onde após a formação foi criado o Instituto Social para a Transformação que conseguiu resgatar 80 meninas das mãos dos terroristas Boko Haram.

“A formação da equipa do Mosaiko pode fazer a diferença e gerar uma mudança pessoal na construção de conhecimento com os outros e com a comunidade de forma participativa”, reforça a facilitadora depois de ter ministrado o segundo módulo, dos seis previstos no total.

Esta iniciativa faz parte do projecto “Políticas Públicas Inclusivas”, implementado pelo Mosaiko e Fundação Fé e Cooperação com o apoio da União Europeia e do Instituto Camões.



Texto: *Gilberto Gongo*

Construindo  
Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM  
ZAP | Canal 504

Sábado  
às 08H30

